

# EDUCAÇÃO ESPECIAL E ACESSIBILIDADE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM OLHAR HISTÓRICO E OS NOVOS PARADIGMAS DA MATRIZ DE APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL (MAEE)

Aluna: CASSIA GUIMARÃES ARMANDO

Aluna: MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Prof. Dr. JOSÉ TEIXEIRA DE SEIXAS FILHO

Profª Drª SÍLVIA CONCEIÇÃO REIS PEREIRA MELLO

Orientador: Profª Drª MARIA AUXILIADORA TERRA CUNHA

PIBIC / Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local

UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta / RJ, Brasil

materracunh@uol.com.br

## Projeto Político Pedagógico e a capacitação na escola inclusiva

As sociedades sempre criaram um conjunto de representações, um imaginário, em cujas práticas sociais distribuem identidades, papéis, necessidades, normas e valores que conduzem os comportamentos dos indivíduos, integrando finalidades comuns. Trata-se de fixações simbólicas, imaginárias, estruturadas sob a forma de rede de sentidos que ultrapassam os gestos, as pessoas, os momentos.

O imaginário é definido por Durand (1998), como uma “re-presentação incontornável, a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da Terra” (p. 117). Possibilita ao sujeito criar fantasias em torno das representações, caminhando no mundo das crenças.

Podemos imaginar diferentes *olhares sobre o corpo*. Cada cultura enfatiza uma imagem corporal que, é entendida como a maneira do indivíduo se perceber e se sentir na relação com o seu próprio corpo (d)eficiente. Uma imagem corporal geralmente funda-se nas marcas das imagens corporais da sociedade, construídas pelos diversos relacionamentos estabelecidos. Surge pela proximidade ou distância emocional por ela proporcionada, provocando uma identificação do sujeito com o grupo, instituindo as imagens corporais para cada um dos seus membros. Essas imagens - beleza e feiúra, normalidade e anormalidade, desejo e repúdio - se tornarão instituintes da subjetividade.

Pensar historicamente ajuda-nos a compreender a gênese e o movimento dos processos estudados, tornando mais fácil o entendimento no momento atual. E o mesmo pensamento é válido para que possamos responder ao questionamento sobre a terminologia mais adequada para a população atendida pela Educação Inclusiva: Portador de Deficiência, Pessoa Portadora de Deficiência, Pessoa Portadora de Necessidades Educativas Especiais, Pessoa Com Deficiência. Como as marcas das imagens da sociedade são definidas pelos diversos relacionamentos estabelecidos, cada época utilizou esses termos segundo os valores sócio-culturais vigentes. Desse modo, hoje, o termo Pessoa Com Deficiência – PCD recebe a concordância da maior parte de estudiosos, mas, principalmente, deles mesmos, que não se sentem e não gostam de serem rotulados de “portadores”.

Para pensarmos no Projeto Político Pedagógico para uma escola inclusiva, precisamos inicialmente analisar o verbo transitivo direto “Incluir”, que vem do latim *includere*, com seus muitos sentidos: inserir, estar inserido entre outras coisas ou pessoas, abranger; conter em si, envolver, implicar; compreender, introduzir, fazer parte, intercalar, figurar entre outros, pertencer junto com outros. A partir dessa análise conceitual poderemos pensar em uma sociedade realmente inclusiva, onde Todos possam estar convivendo, contribuindo e construindo, fortalecendo a *aceitação* do igual ou semelhante aos demais aos quais se agregou.

O Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei n. 7853/89, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

caracterizando, para fins legais, em seu artigo 3, os conceitos de deficiência, deficiência permanente e incapacidade e no 4, categorizando cada deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96, destaca que Educação Especial, é aquela que tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil, sendo oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para *educandos portadores de necessidades especiais*, ou seja, com deficiências, altas habilidades / superdotação, condutas típicas de síndromes ou outras condições que os possam diferenciar dos demais colegas. Se houver necessidade, serviços de apoio especializado podem ser oferecidos, na própria escola regular, objetivando o atendimento de peculiaridades deste grupo especial. Em casos de não ser possível a sua integração em classes comuns do ensino regular, sugere-se que a mesma seja feita em classes, escolas ou serviços especializados. Os profissionais que ficarem responsáveis por esses atendimentos, deverão ter uma especialização adequada, em nível médio ou superior, enquanto os do ensino regular precisam estar capacitados para que a integração realmente ocorra em classes comuns.

Para os professores que não estão familiarizados com este universo de deficiências, incapacidades, limitações, necessidades especiais e desejam planejar suas aulas segundo uma abordagem inclusiva, são oferecidos cursos de capacitação, atualização, especializações, por Instituições da Educação Especial ou áreas afins.

Para alcançar os objetivos traçados pela inclusão, as escolas precisam assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às necessidades dos educandos, bem como, buscar uma terminalidade específica para os que não puderem concluir o ensino fundamental, devido à gravidade de sua deficiência. Ou, ainda, programas escolares de aceleração para conclusão, em um menor tempo, para os superdotados. Educação especial para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para os níveis do ensino regular, também são preocupações da escola inclusiva.

Como subsídio aos profissionais da escola inclusiva, atendendo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial, organizaram os Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares - estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002). Neste documento encontraremos relatos de experiências pedagógicas, quanto à definição dos objetivos, conteúdos, processos avaliativos, abordagens didático-pedagógicas que facilitem e assegurem uma aprendizagem de qualidade para o aluno.

O Projeto Pedagógico da escola, por ser uma referência para definir a prática escolar, deve orientar a operacionalização de currículos abertos e propostas diversificadas. Na visão construtivista do conhecimento, o aluno com suas possibilidades e potencialidades, será o centro desta ação, cabendo ao professor, motivá-los e envolvê-los nas atividades escolares. Conteúdos e atividades curriculares partem de um princípio de aprendizagem dos interesses, significados e sentidos atribuídos pelos alunos especiais. Para o êxito do Projeto Pedagógico, cooperação e troca com os responsáveis, terapeutas ou serviços especializados faz-se necessária, enquanto a escola adapta-se para receber alunos com diferentes possibilidades e históricos.

O professor do ensino especial deverá mediar e articular todas as mudanças do movimento inclusivo, com uma pedagogia previamente planejada para ser desenvolvida por todos, permitindo que dificuldades sejam diluídas e superadas na cooperação vivida com os demais colegas. Precisarão selecionar atividades significativas, relacionadas às diferenças e inaptações, ajustando objetivos, conteúdos, tipo de avaliação, oportunizando, assim, a participação conjunta. Devido às diferenças observadas nesses alunos, a proposta educativa deve ser diversificada, com uma avaliação criteriosa de cada um deles. São necessárias, ainda, as orientações práticas e objetivas da equipe especializada, que também estará observando e registrando o comportamento, as dificuldades, as limitações para, juntos, determinar estratégias metodológicas para superar eventuais dificuldades.

Para as aulas são sugeridas variadas brincadeiras com o corpo, visando o desenvolvimento do esquema corporal, jogos, contação de histórias, teatro, música, dança, desenho, atividades que reforcem as noções de tempo, espaço, causalidade, construção e reconstrução, sempre de forma lúdica e prazerosa. Elas precisam de começo, meio e fim, estando adaptadas às possibilidades de comunicação, compreensão, ação pertinente ao estágio em que se encontram. Mas, para que Todos realmente participem, o professor deverá estar disponível para o diálogo e a mediação, facilitando a comunicação, ajudando na realização das tarefas específicas para cada grau de comprometimento existente em cada limitação / impossibilidade, adaptando-as ou recriando-as.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – educação física (BRASIL, 1997), na abordagem do item ‘Portadores de deficiência física’, reforça que a aula de educação física deverá “favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos” (p. 41). Cabe-nos refletir sobre esse papel da Educação Física Escolar, bem como voltar nossa atenção para a preparação do profissional desta área, que deverá ser um agente transformador, uma vez que o ambiente educacional e a prática diária podem propiciar meios para a valorização e diversificação de uma prática pedagógica inclusiva, vivida na relação com uma cultura corporal em movimento.

As diversas inaptações e deficiências na escola

### **As diversas inaptações e deficiências na escola**

Para continuar nosso estudo sobre uma parcela marginalizada da sociedade, vamos caracterizar as diversas inaptações e deficiências na escola inclusiva. Mas o que entendemos por escola inclusiva? Se fizermos uma pesquisa conceitual desse termo podemos encontrar que se refere a uma escola com princípios e procedimentos implantados, visando um processo de promoção do desenvolvimento global dos alunos com altas habilidades, com deficiências e com inaptações, mediante um atendimento especializado e individualizado, para assegurar-lhes os mesmos direitos básicos de cidadão incluído na sociedade.

Entendemos por desenvolvimento global aquele proporcionado ao indivíduo, observado em seus aspectos cognitivo, psicomotor, afetivo, lingüístico, social, permitindo o reconhecimento de suas potencialidades e a sua inclusão na sociedade. Na escola inclusiva, os alunos superdotados, deficientes e inaptados, deverão estar participando de todas as aulas.

Alunos com altas habilidades são os que se destacam por elevado desempenho e/ou potencialidade em aspectos como capacidade/aptidão intelectual específica, liderança, pensamento criativo, talento para as artes, capacidade psicomotora. Os com deficiência estão dicionarizados como faltosos, carentes, imperfeitos, deficitários, incapazes, inválidos... Porém, o grau de dificuldade para a sua inclusão é que define quem tem ou não uma deficiência. Estão agrupadas em Intelectuais, Sensoriais, Físicas e Múltiplas. Os alunos encontram diversas inaptações na escola, sendo muitas vezes rotuladas como de “alto risco”. Dentre outras, temos Distúrbios de Aprendizagem, Distúrbios Emocionais, Desordens Neuromusculares do Sistema Nervoso e Problemas de deterioração da saúde.

Uma vez que a ênfase do nosso estudo é a educação física escolar inclusiva e a mesma objetiva o estudo e a intervenção profissional de pessoas que apresentam condições peculiares para praticar atividades físicas, buscamos um professor, que através da diversificação de seus procedimentos metodológicos, adaptações curriculares, atue resgatando, de uma forma lúdica, prazerosa, a auto-estima, autonomia, resgate da cidadania, como um dos desafios a serem superados diariamente.

Com esse desafio a Matriz de Apoio à Educação Especial – MAEE foi pensada a partir da Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Art. 1º Para a implementação do Decreto n. 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em

centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

O Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM, através da Professora Doutora em Educação Física Inclusiva, Maria Auxiliadora Terra Cunha, apresenta um documento-proposta de criação e implantação de uma Matriz de Apoio à Educação Especial – MAEE, projeto inédito no Estado do Rio de Janeiro, visando dar apoio aos alunos com necessidades especiais.

Este Projeto de Apoio à Melhoria do Ensino nas Escolas Públicas do Estado do Rio de Janeiro (2009), aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, com bolsa pesquisa, foi realizado no período compreendido entre abril de 2010 e maio de 2011, no Instituto de Educação Carmela Dutra - IECD, Madureira, RJ. A nossa proposta foi para atendimento exclusivo, por um ano, visando Atualização e Qualificação do corpo docente desse Instituto. Com ele beneficiamos com bolsa de Treinamento e Capacitação Técnica (TCT) dois professores do IECD, bem como oferecemos três bolsas de pré- iniciação científica (Jovens Talentos) para alunos do ensino médio do IECD e duas de Iniciação Científica (IC) para alunos dos Cursos de Graduação da UNISUAM.

Devido ao sucesso desta Matriz no IECD, foi proposta para as escolas privadas do entorno de Bonsucesso visando atender aos Fundamentos da Educação Especial, Orientação e Aconselhamento em Educação Especial, Didática da Educação Especial e Avaliação em Educação Especial, estaremos trabalhando nas acomodações do Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Local da UNISUAM, unidade Bonsucesso. Assim, estaremos oferecendo oportunidades a Todos. E, de contra partida, usando a fundamentação teórica de diversos professores desta renomada Instituição e das demais afins, através de convites para darem aulas nos Cursos de Atualização e Qualificação oferecidos mensalmente, bem como para serem debatedores nas mostras de vídeos de Educação Especial oferecidas por este Projeto que foi elaborado estabelecendo como meta prioritária a busca pela qualidade no ensino ao aluno com necessidades especiais, de forma a que ele se inclua na uma realidade social.

## REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares - estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2002. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/1515T.PDF>>.

\_\_\_\_\_. **Curso de capacitação de professores multiplicadores de educação física**: livro-texto. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre, RS: Mediação, 2007.

DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

FONSECA, V. **Educação especial**: programa de intervenção precoce. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JESUS, D. M. de. *et al* (Orgs.). **Inclusão**: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre, RS: Mediação, 2007.

MEC - Secretaria de Educação / SEESP - Secretaria de Educação. Legislação específica / Documentos internacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>.

PORTAL DO MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>.

REILY, L. (2004). **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. Campinas, SP: Papirus.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo, SP: Summus, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, R. H. dos R.; SOUSA, S. B.; VIDAL, M. H. C. Educação física escolar e inclusão: limites e possibilidades de uma prática concreta. *In*: Revista Especial de Educação Física. Edição Digital n. 2, 2005. **Anais** do IV Simpósio de Estratégias de Ensino em Educação. Educação Física Escolar, dez. 2004.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, RS: Mediação, 2006.

STAINBACH, Suzan, STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WERNECK, C. (1997). **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA.

\_\_\_\_\_. (2003b). **Sociedade inclusiva** – Quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA.